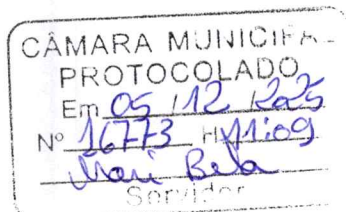




CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 104/2025



Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de comprovante de protocolo para todos os requerimentos e documentos protocolizados nas repartições públicas do Município de São Francisco de Assis/RS, e dá outras providências.

....., Prefeito Municipal de São Francisco de Assis, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de emissão de comprovante de protocolo para todo e qualquer requerimento, documento ou petição protocolizado pelo cidadão nas repartições públicas da Administração Direta e Indireta do Município de São Francisco de Assis/RS.

Parágrafo único. O comprovante de protocolo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - Nome completo do requerente ou identificação da pessoa jurídica;
- II - Descrição sucinta do documento ou requerimento;
- III - Data e horário do protocolo;
- IV - Identificação da repartição pública onde foi realizado o protocolo;
- V - Número sequencial de protocolo;
- VI - Assinatura ou identificação do servidor responsável pelo recebimento.

Art. 2º O comprovante de protocolo será emitido eletronicamente ou por meio físico, devendo ser entregue imediatamente ao requerente no ato do protocolo.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS

Art. 3º O tratamento dos dados pessoais necessários para a emissão do comprovante de protocolo deverá observar integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS**

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem como objetivo primordial a modernização e a desburocratização dos serviços públicos, assegurando ao cidadão um direito fundamental: a segurança jurídica e a transparência no relacionamento com a administração pública municipal.

A falta de um comprovante formal de protocolo é um dos maiores entraves para o acompanhamento de processos e requerimentos. Sem um número oficial, o cidadão fica à mercê da informalidade, sem um instrumento de prova que ateste a data e o horário em que sua solicitação foi recebida pelo órgão público. Isso não apenas gera insegurança, como também impede a efetiva fiscalização do andamento dos serviços, prejudicando o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988.


A proposição deste projeto de lei encontra total respaldo na competência do Poder Legislativo Municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o art. 30, I, da Constituição Federal. Trata-se de matéria que diz respeito à organização e ao funcionamento da administração pública no que tange à relação com o munícipe, sem invadir a esfera de iniciativa privativa do Poder Executivo.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já consolidou o entendimento de que não há inconstitucionalidade em leis de iniciativa parlamentar que estabelecem obrigações para o Poder Executivo, desde que não tratem de assuntos de sua competência privativa, como a estrutura e atribuições dos órgãos da administração.

A emissão de um protocolo é uma exigência simples, que pode ser facilmente implementada e que trará um imenso benefício para a população. Com base nisso, o projeto de lei proposto se alinha com os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, representando um avanço significativo para a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

São Francisco de Assis, 05 de dezembro de 2025.

 Documento assinado digitalmente
NILO SERGIO SANTOS DOS SANTOS
Data: 05/12/2025 10:49:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vereador Nilo Santos
Progressistas

Exmo. Sr.
Rudinei Cortese
Presidente da Câmara Municipal